



31 de Março de 2016

PDE – Procedimentos dos Défices Excessivos

1ª NOTIFICAÇÃO DE 2016



31 de março de 2016

Procedimento dos Défices Excessivos
1ª Notificação 2016

Procedimento dos Défices Excessivos (1ª Notificação de 2016)

Nos termos dos Regulamentos da União Europeia, o INE envia hoje para o Eurostat a primeira notificação de 2016 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE)¹. O quadro 1 da notificação, em baixo apresentado, sintetiza os principais resultados para o período de 2012 a 2016.

Quadro 1: Reporte do défice e da dívida das Administrações Públicas e fornecimento de dados associados

Estado Membro: Portugal	Códigos SEC 2010	2012	2013	2014	2015	2016
Dados em milhões de euros		Final	Final	Provisório	Provisório	Provisório
Data: 31/03/2016						
Capacidade (+) /necessidade (-) líquida de financiamento	B.0					
Capacidade das Administrações Públicas	S.13	-9 529,1	-8 245,2	-12 446,2	-7 893,0	-4 125,4
- Administração Central	S.1311	-10 663,0	-8 881,6	-13 785,5	-9 770,4	-6 161,0
- Administração Local	S.1313	618,9	286,5	246,2	738,4	633,5
- Fundos de Segurança Social	S.1314	314,0	347,9	793,1	1 089,1	1 207,7
	Final	Final	Provisório	Provisório	Provisório	
Dívida Bruta das Administrações Públicas (consolidada)						
Valor nominal no final do ano		212 526,2	219 649,0	225 766,0	231 049,6	237 989,7
Por categoria						
Numerário e depósitos	AF.2	9 388,1	10 495,6	14 927,8	18 646,2	
Títulos de dívida	AF.3	116 979,8	114 365,5	111 939,4	121 659,4	
Curto Prazo	AF.31	12 625,4	7 411,7	12 687,3	10 527,8	
Longo Prazo	AF.32	104 354,4	106 953,8	99 252,1	111 131,6	
Empreendidos	AF.4	86 161,4	94 812,8	99 253,7	90 119,9	
Curto Prazo	AF.41	3 689,2	2 513,5	2 599,4	3 283,9	
Longo Prazo	AF.42	82 472,2	92 299,3	96 654,3	86 836,0	
Despesa de Administração Pública em						
Formação Bruta de Capital Fixo	P.51	4 158,3	3 703,1	3 525,3	3 856,9	3 659,0
Juros (consolidados)	D.41 (Extrajuros)	8 214,4	6 258,3	6 320,1	8 191,7	6 489,3
	B.1*g	168 398,0	170 289,3	173 446,2	179 378,9	186 328,2
Por Memória:						
Rácio Capacidade/necessidade líquida de financiamento no PIBem		-5,7%	-4,8%	-7,4%	-4,4%	-2,2%
Rácio dívida Bruta das Administrações Públicas (consolidada) no PIBem		126,2%	129,0%	130,6%	128,8%	127,7%

Notas:

(1) Tal como referido no destaque relativo à notificação de Abril de 2015, está presentemente em curso a alteração da redação atual do Manual do Déficit e da Dívida das Administrações Públicas, de modo a clarificar e garantir a aplicação harmonizada pelos diversos Estados-membros, da definição do valor facial do instrumento numerário e depósitos, no sentido de que deve ser incluída a capitalização acumulada dos respetivos juros no valor da Dívida Bruta das Administrações Públicas. Essa clarificação está a ser efetuada num fórum de discussão permanente, existente no Sistema Estatístico Europeu, que aborda assuntos metodológicos relevantes para a compilação do défice e da dívida, levando à revisão da dívida das administrações públicas nos casos em que se aplica. No caso de Portugal estão em causa os juros capitalizados de Certificados de Afonso, cujo valor tem sido sempre reportado no quadro 4 da notificação do Procedimento dos Défices Excessivos (em anexo a este Destaque) e que presentemente não estão incluídos no valor da Dívida Bruta das Administrações Públicas.

¹ Em conjunto com este destaque é também disponibilizado no Portal do INE a lista de entidades classificadas no setor institucional das Administrações Públicas na perspetiva das Contas Nacionais.

Procedimento dos Défices Excessivos – abril 2016

1/6

www.ine.pt | Serviço de Comunicação e Imagem – Tel: +351 21.842.61.00 - sci@ine.pt

dos meses de Fevereiro e Agosto, uma estimativa das contas não financeiras e da dívida pública da administração pública regional para os anos anteriores e corrente e que as autoridades estatísticas nacionais devem validar as contas até ao final do mês seguinte à sua apresentação.

Assim divulgamos neste Destaque um quadro próprio com a informação referente aos Açores, com maior desagregação que a disponibilizada pelo INE.

A metodologia está sintetizada no Destaque do INE que anexamos.

O INE enviou hoje para o Eurostat e divulgou no seu portal, a primeira notificação de 2016 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos, onde inclui a informação do Déficit e da Dívida relativa aos Açores, apresentada pelo SREA e validada pelas autoridades estatísticas nacionais.

Esta notificação, tal como as de 2015, obedece ao novo Sistema europeu de Contas 2010 (SEC 2010), implicando um conjunto significativo de alterações metodológicas, em relação ao SEC95, que se traduziram em revisões relevantes e que já foram divulgadas em notificações anteriores.

Este processo é definido nos termos dos nº 1 e do nº 2 do artº 21º da Lei Orgânica 2/2013 de 2 de Setembro - Lei das Finanças das Regiões Autónomas - onde se refere que o SREA tem de apresentar, até final

PDE - Resumo Administração Pública da R.A.A.

Q.1 - Capacidade (+)/necessidade (-) líquida de financiamento

	2011	2012	2013	2014	2015
Unid: mil euros	final	final	final	provisório	provisório
1. Governo Regional dos Açores	-24 833	-26 360	-18 148	-19 101	-43 953
2. Fundos e serviços Autónomos	-10 882	-14 358	4 101	-790	14 748
3. Empresas públicas incluídas no perímetro da Adm. Pub. Reg.	-68 767	-39 979	4 797	13 577	28 318
Capacidade/necessidade líquida de financiamento	-104 482	-80 697	-9 250	-6 314	-887

Q.2 - Dívida Bruta da Administração Pública (consolidada) da R.A.A.

Unid: mil euros	2011	2012	2013	2014	2015
Valor nominal no final do ano	1 057 625	1 146 527	1 262 068	1 404 796	1 460 231
1. Governo Regional dos Açores					
<i>empréstimos</i>	397 600	412 280	443 730	523 587	558 444
<i>curto prazo</i>	x	x	x	50 000	35 000
<i>longo prazo</i>	397 600	412 280	443 730	473 587	523 444
2. Empresas públicas incluídas no perímetro da Adm. Pub. Reg.	660 025	734 247	818 338	881 209	901 787
2.1 das quais nova delimitação sectorial (SEC2010)	366 772	423 529	491 153	490 115	343 230
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	3 760 337	3 610 388	3 663 073	3 730 828	x
Por Memória:					
Rácio Capacidade/necessidade líquida de financiamento no PIBpm	-2,8%	-2,2%	-0,3%	-0,2%	X
Rácio Dívida Bruta das Administrações Públicas (consolidada) no PIBpm	28,1%	31,8%	34,5%	37,7%	X

No quadro disponibilizado pode verificar-se que em 2015, a necessidade líquida de financiamento da Região foi de 887 mil euros, traduzindo uma melhoria comparativamente com o resultado verificado no ano anterior (6.314 mil euros), ou seja, uma redução de 86,0% face ao défice de 2014.

O rácio da necessidade líquida de financiamento sobre o PIB é inferior a 3% em cada um dos cinco anos apresentados. Assim em 2011 foi de (-2,8%), em 2012 de (-2,2%), em 2013 de (-0,3%) e em 2014 de (-0,2%). Como ainda não existe o valor do PIB regional de 2015, se utilizarmos, como exercício de cálculo, o PIB do ano anterior, o rácio da necessidade líquida de financiamento para 2015 é 0,02%. A necessidade de financiamento do país, segundo o INE, correspondeu a 4,4% do PIB.

O total da Dívida Bruta da Administração Pública da RAA foi de 1.460,2 milhões de euros, cerca de 39% do PIB, um aumento de 55,4 milhões relativamente ao ano anterior. Este aumento distribui-se por 34,9 do Governo Regional e 20,5 das empresas públicas incluídas no perímetro da Administração Pública Regional.

Mais informação pode ser encontrada no portal do SREA

<http://estatistica.azores.gov.pt>